



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º ,DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, acerca da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, acerca da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Ministro Fernando Haddad, como a Fazenda avalia o impacto fiscal da implementação da Medida Provisória*





que destina até R\$ 20 bilhões para o financiamento de bolsas de ensino médio?

- Considerando a ausência de análise detalhada por parte do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) antes da assinatura da MP, como o Ministério da Fazenda assegura a sustentabilidade fiscal desta medida?*
- Poderia explicar o processo de decisão que levou à rápida assinatura da MP sem a manifestação formal desses órgãos técnicos importantes?*
- Quais medidas estão sendo tomadas pelo Ministério da Fazenda para abordar as preocupações fiscais suscitadas pela falta de análise técnica detalhada do Tesouro Nacional e da SOF?*
- Como o Ministério da Fazenda planeja colaborar com o Ministério da Educação e outros órgãos relevantes para garantir a eficiência e a transparência na implementação desta e de futuras medidas orçamentárias?*
- Como o Ministério da Fazenda responde às preocupações levantadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o prazo insuficiente para análise jurídica, e quais ações o Ministério da Fazenda está adotando para evitar situações semelhantes no futuro?*
- Considerando as projeções de aportes de cerca de R\$ 7 bilhões em 2025 e 2026 para o fundo de bolsas, como esses valores foram determinados e de que maneira se alinham com as projeções orçamentárias e fiscais de longo prazo do governo?*



JUSTIFICATIVA





Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, acerca da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio.

Isto porque, conforme noticiado¹, o Tesouro Nacional foi ignorado na elaboração da Medida Provisória (MP) que autoriza o governo a usar até R\$ 20 bilhões em um fundo privado de financiamento de bolsas para incentivar a permanência de alunos de baixa renda no ensino médio. A informação é do jornal Folha de S. Paulo. Conforme documento obtido pelo jornal por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o conteúdo foi enviado para consulta dos técnicos do órgão em 27 de novembro de 2023. No mesmo dia, a MP foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Camilo Santana (Educação).

Normalmente, medidas que resultam em aumento de despesas são submetidas à análise do Tesouro Nacional ou da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), vinculada ao Ministério do Planejamento. As equipes desses órgãos preparam subsídios técnicos avaliando os impactos fiscais globais dessas políticas. A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, declarou, em um despacho de 1º de dezembro, que não houve tempo suficiente para uma manifestação formal do órgão. Segundo informações do jornal, a SOF também não foi consultada na elaboração da Medida Provisória (MP).

Apesar de receber aprovação de especialistas, a nova medida tem suscitado preocupações fiscais. De acordo com a Folha, nos bastidores, a ausência de análise técnica por parte desses órgãos é considerada problemática.

1 <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/governo-ignorou-tesouro-ao-editar-mp-que-cria-fundo-de-r-20-bi-para-bolsa-de-ensino-medio,dda0222eb93693977a3fb864c239200cv4yc49i6.html>





O Ministério do Planejamento está trabalhando em uma reformulação do formato do Orçamento, que incluirá projeções detalhadas para os próximos três anos. Especificamente para o fundo de financiamento das bolsas de ensino médio, estão previstos aportes de cerca de R\$ 7 bilhões em 2025 e 2026.

Em resposta via Lei de Acesso à Informação (LAI) ao jornal, o Ministério informou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 exige que atos que criam ou expandem despesas obrigatórias de caráter continuado sejam previamente submetidos a órgãos governamentais para análise de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. Técnicos acreditam que, considerando a nova estrutura da Esplanada dos Ministérios, essa análise deveria ser feita pela Fazenda e pelo Planejamento, especificamente pelo Tesouro e pela SOF, o que não ocorreu.

Conforme o jornal, três áreas do Ministério da Fazenda emitiram pareceres técnicos sobre a MP: a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Secretaria de Política Econômica (SPE) e a Secretaria de Reformas Econômicas (SRE).

A PGFN, apesar de favorável, ressaltou que o curto prazo de apenas um dia para análise jurídica comprometeu a avaliação adequada da proposta. A SPE também se mostrou favorável, mas sugeriu que o Tesouro e a SOF fossem consultados sobre os impactos financeiro e orçamentário.

Por fim, a SRE, igualmente favorável, recomendou ajustes para garantir que a regulamentação dos valores, formas de pagamento e critérios de operacionalização e uso da poupança seja definida por um ato conjunto dos ministérios da Educação e da Fazenda.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto às ações do Governo acerca





CÂMARA DOS DEPUTADOS

da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

Apresentação: 18/03/2024 09:12:29.407 - CFFC

REQ n.35/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240185749500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo



CD240185749500